

MEMÓRIA, ESPAÇO E IMAGINÁRIO. REMEMORANDO ESPAÇOS PASSADOS E PROJETANDO ESPAÇOS FUTUROS*

Júlio César RIBEIRO**

In memoriam Armando Corrêa da Silva

Resumo: Ao contrário do que pensam muitos estruturalistas, (neo)positivistas e defensores de uma postura weberiana ao se conceber o real, o plano das idéias e o da materialidade das práticas ao fazer-se social encontram-se umbilicalmente interconexos e, diferentemente também, do que sempre asseveraram, acreditamos nem sempre ser possível considerar como sendo passiva e marginal a condição do que se costumou denominar infraestrutura àquela dimensão estrutural da sociedade.

Desta maneira, a *memória* e o *imaginário* são as dimensões imateriais, intra e intersubjetivas – presentes nas relações dos indivíduos para com o seu “mundo interior” e deste com o corpo social e o “mundo exterior” –, centrais no ordenamento e reordenamento do espaço, sejam pelas simbologias e demais elementos paisagístico-imateriais que o caracterizam e constroem, atribuindo identidade aos seus por meio do rememorar de sua historicidade constitutiva, ou pelo projetar utópico de uma metafísica materialista que pleiteie seu dimensionamento em prol do coletivo social.

A dimensão espacial da sociedade atual – pano de fundo às reflexões – caracteriza-se sobretudo como uma prisão social, consubstanciada que está na regularização de práticas e valores ideologicamente comprometidos a uma estrutura classista; prejudiciais portando, sobretudo, a sua maioria quantitativa. E é este mesmo corpo social oprimido que busca, no âmbito de contra-espacos, as referências tático-estratégicas de práticas que lhe permitam romper as amarras que os aprisionam neste espaço-prisão; na tentativa constante de redefinição de sua *ser social*, garantidores de uma liberdade ou, ao menos, de amenização das contradições existentes no plano das idéias (dos símbolos e da consciência) e no do mundo empíreo (da sociedade circundante).

Palavras-chave: Memória; Imaginário; Espaço; Paisagem; Consciência; Contra-Espaço.

Resumen: Al contrario de lo que piensan muchos estructuralistas, (neo)positivistas y defensores de una postura weberiana, al conocerse lo real el plano de las ideas y el de la materialidad de las practicas y del hacerse social se encuentran interconectados de forma umbilical, y diferente

*A dissertação aqui presente diz respeito a algumas das temáticas abordadas na disciplina: “Ontologia e Epistemologia na Geografia Humana”, conduzida no curso de pós-graduação pelo Prof. Dr. Armando Corrêa da Silva, no segundo semestre de 2000. Buscamos então fornecer uma contribuição à fecunda discussão teórica já realizada a respeito desses conceitos no interior da geografia. Dessa forma, nossa pretensão é de apenas aguçar ainda mais o debate; sem a menor pretensão de esgotá-lo, dada a complexidade da temática e os limites postos a este ensaio. Levando os leitores mais às dúvidas do que certezas pré-concebidas, como sempre quis e fez conosco o Prof. Armando. Este, um de seus grandes ensinamentos.

**Graduado em Geografia pela F.C.T./UNESP/Presidente Prudente, com a pesquisa *A Geografia da Escravidão no Território* (bolsista FAPESP) e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), sob orientação do Prof. Dr. Thomaz Júnior. E-mail: jcezarr@zipmail.com.br

también de lo que casi siempre aseveran, creemos no ser siempre posible considerar pasiva y marginal la condición de lo que se acostumbra a denominar infraestructura aquella dimensión superestructura de la sociedad.

De esta manera, la memoria y lo imaginario son dimensiones inmateriales, intra e inter-subjetivas - presentes en las relaciones de los individuos para su "mundo interior" y de este para el cuerpo social y el "mundo exterior"-, centrales en el ordenamiento y reordenamiento del espacio, sea por las simbologías y demás elementos paisajísticos -inmateriales que las caracterizan y (re)crean, atribuyendo identidad a los suyos por medio del recordar de su historicidad constitutiva, o por el proyectar utópico de una metafísica materialista que plantea el redimensionamiento en pro del colectivo social.

La dimensión espacial de la sociedad actual - trasfondo de las reflexiones- se caracteriza en cuanto a una prisión social, consustanciada que está en la regularización de las prácticas y valores ideológicamente comprometidos a una estructura clasista; perjudiciales por ser cualitativamente, a su mayoría cuantitativa. Y es este mismo cuerpo social oprimido que busca en la construcción de contra-espacios, las referencias táctico-estratégicas de prácticas que permitan desatar las amarras que los aprisionan en este espacio prisión; en la tentativa constante de redefinición de su ser social, garantizadores de una libertad o, al menos, de amenizar las contradicciones manifiestas en el plano de las ideas (de los símbolos y de la conciencia) y en el mundo empíreo (de la condición física circundante).

Palabras llave: Memoria; Imaginario; Espacio; Paisaje; Conciencia; Contra-Espacio.

INTRODUÇÃO

"O meu egoísmo é tão egoísta que o auge do meu egoísmo é querer ajudar" (Carpinteiro do Universo, Marcelo Nova/Raul Seixas).

Pretendemos com este dar uma continuidade ao debate realizado a respeito de alguns conceitos por muitos considerados como centrais ao entendimento da realidade atual, o que põe a Geografia a necessidade de inserir-se na discussão, já que também é de seu interesse apreendê-la a partir de seu objeto e referenciais próprios.

Se tais conceitos são ou não centrais, esta é uma discussão, ao nosso ver, secundária. O que é inegável e primordial, do ponto de vista aqui assumido, é que deles podemos nos servir para explicá-la.

A magnitude e a profundidade das argumentações que sustentam a abordagem dependem, no entanto, muito mais da proposta e da postura que o sujeito assume enquanto se refere referencial metódico e o seu norte social, do que do conceito (se visto como algo) em si.

Para que a discussão aqui proposta melhor se desenvolva buscaremos, *pari passum*, a (re)elaboração dos conceitos de *memória*, *espaço* e *imaginário*, fornecer alguns elementos de informações teórico-conjunturais, visando reforçar sua relacionalidade. Atendendo, ao mesmo tempo, quanto à importância atual requerida (ou a que atribuímos) sobre estes aspectos para que compreendamos a amplitude e a intensidade das transformações e desafios postos à sociedade, na contemporaneidade.

Cabe, então, a ressalva de que não pretendemos realizar uma exposição prolixa e exaustiva sobre o legado e as influências efetuadas nessa seara. Objetivamos, isto sim, de acordo com os interesses estruturais deste texto, fornecer uma concepção que nos permita compreendê-

com sua intercomplementaridade, demonstrando a relação dialética e ou de causalidades intrínsecas aos mesmos. Ao passo que, também, grosso modo, objetivamos expor aquilo que estamos pensando sobre a inserção dos agentes produtores (côscios ou não) do espaço, e sobre a necessidade de construção de uma consciência espacial com vistas à redefinição de ações dos nós que se ocupa na rede das relações sócio-espaciais; enquanto contracultura, contra-hegemonia... Enquanto uma postura anticapitalista, para finalizar.

Acreditamos, como o Ruy Moreira, que: "*O espaço compõe a própria lógica das determinações, e só no interior dessa dialética pode ter sua lógica desvendada*", para que, por esse meio, seja possível "*o desvendamento da lógica das determinações da história*" (1985, p. 10). Está, indubitavelmente, no (re)conhecimento histórico da lógica das determinações espaciais, o pressuposto à superação histórica do que se (re)produz.

2. O LUGAR DO ESPAÇO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

"Uma coisa de cada vez. Tudo ao mesmo tempo agora" (Uma coisa de cada vez, Titãs).

A discussão sobre o espaço não é recente. Estendeu-se por séculos. Adentrou e penetrou no terreno de muitas ciências, cada qual com sua designação própria. Salvo aquelas que, por carência teórica e epistemológica, emprestaram sem cautela os referenciais das demais ciências e se perder; caso especial da Geografia, por exemplo.

Atualmente, no entanto, dada à *arrancada teórica* efetivada por estudiosos do ramo geográfico – e de outros que sobre o espaço verticalizaram suas análises – sobretudo no período compreendido a década de 1960 e 1970, esse conceito vem merecendo melhor atenção *dentro* da ciência geográfica. Apresentando esta já um sofisticado cabedal teórico no trato desse assunto.

Dessa forma, e antes de tudo, o espaço deve ter recompostas ou (re)identificadas suas bases centrais. Deve ser superada aquela tradição do conhecimento que o considerava apenas como Palco: substrato em que se desenvolveria a trama da História. Isto é, aquelas considerações dogmáticas que o viam como mero suporte ao pleno desenvolvimento humano, com os recursos nele contidos e a ordenação progressiva que se assumiria no plano da racionalidade; dessubstancializando as relações sociais e os demais ingredientes fundantes e determinadores da dinâmica social. Uma visão positivista, linear e formal da evolução humana, tanto quanto tange ao trato de questões voltadas às relações sociais, como a projeção destas na dita sociedade-mãe.

Outra consideração que tem ganhado relevo no meio científico-geográfico é aquela que considera o espaço enquanto, *apenas*, uma "*acumulação desigual de tempos*" (*apud* Silva, 1997, p. 10). Uma definição útil, porém insuficiente e limitada para se *sagrar* a complexidade que envolve este conceito, porque talvez indevidamente *recortada* do todo teórico de seu formulador Milton Santos. Isto porque, muitas vezes, a imagem que se faz dessa expressão é aquela de um repositório e do tempo cronológico ou a-social, petrificado na metricidade.

Fato que tem gerado muitas confusões. Afinal de contas, partindo dessa vaga e resumida expressão, não comportaria e relacionar-se-ia a Paisagem, a Região e uma outra infinidade de lugares ou elementos do real a um *processo cumulativo de tempos desiguais*? Na definição dos conceitos, o que deveriam distingui-los não seria o dado do real que os singularizam, ainda que em relação macro a que pertencem no real?

Por isso, necessário faz-se seguir adiante. E estabelecer alguns passos a mais é o que nos propomos, com vistas a esclarecer alguns pontos ainda obscuros.

Diante do exposto, entendemos que o espaço deva ser considerado – e percebido – quotidianamente – enquanto produto e (re)produtor, manifestação da ordenação e (re)produção da essencialidade da lógica da totalidade das relações sociais concretas erigidas e sustentadas pelos interesses dos atores sociais, que dão suas formatações ao corpo social em seu arranjo com o entorno físico. Daí o acento sobre as ações e relações humanas oriundas do trabalho social, que traduzem, na “externalidade” do mundo, os interesses subjetivos da sociedade – pelo menos e/ou geralmente de parte dela, já que estruturada em classes sociais.

Disso redonda que o binômio objetivo-subjetivo (considerado por muitos autores como antônimos: objetivo x subjetivo) pode se tornar uma armadilha teórica positivista e estruturalista, caso não nos atentemos para o fato de que as formas espaciais, objetos e produtos, são a externalização (produto teleologizado e manifesto empiricamente do trabalho) das idéias, desejos e (contra)projetos humanos. Sendo, pois, a marca histórica de determinada sociedade (cf. Makarius, 1968).

Dessa forma, afirmamos que essas dimensões do real, tanto a objetividade quanto a subjetividade, são dimensões intrinsecamente imbricadas. Um par dialético e inseparável de própria realidade, por ser a realidade expressão da *objetividade subjetivada* e da *subjetividade objetivada*¹, haja vista ser o real filtrado pelos sujeitos e, as formas de sua ação, avaliadas e de efetivadas. Um par dialético, continente e conteúdo que molda e perfaz a própria realidade. Gilberto Freire mesmo já sinalizara para o fato de ser o tempo uma dimensão de caráter tribo; coexistindo passado, presente e futuro-potência (*apud* Andrade, 2000, p. 91).

Assim, se o homem é a natureza autotransformada pelo trabalho, expressa num determinado momento histórico-espacial, o espaço é a apropriação humanizadora da natureza, levada a cabo pela natureza humanizada.

Nesse jogo de apropriações materiais e imateriais (internalização, interpretação, seleção e representação simbólica... dos fatos e fenômenos) é que o espaço é (re)construído... como uma imagem e semelhança daqueles que lhe projetam suas identidades. Por isso deve ser considerado por David Harvey como “aquilo que a prática humana faz dele” (*apud* Soja, 1997). E daí de muitas vezes, talvez de forma não arbitrária, se considerer determinadas formas de arranjos sócio-ambientais de: *espaço da caça* (ou dos caçadores), *da pesca*, *da telemática* (seria a Internet um *espaço virtual*?²). Ou um recinto que pode ser denominado como *espaço de negociação, da conciliação*... Por que não, *espaço da subversão*? um contra-espaço, na acepção de Ruy Moreira (1985).

Contra-espaço, dimensão material e subjetiva que está a manifestar os indícios de outro rearranjo, ao portar os germes de outra sociabilidade, a se manifestar e erigir nas (e a partir das) práticas dos sujeitos sociais, que se negam a pertencer e reproduzir docilmente às práticas hegemônicas e impostas pelas classes dominantes e que, por isso, buscam outras formas de relacionamento, convívio e realização social.

¹ Um excelente exemplo, para fortalecermos melhor nossa afirmação, pode ser dado a partir de um fato que ocorreu em fevereiro do ano 2000. Na época, eu e um amigo, Fabrício P. Bauab, caminhando por uma rua de Presidente Bernardes/SP, notamos a passagem em frente ao Fórum da cidade, uma frase escrita num muro, que expressava em letras bem visíveis a frase “Fuck the rules” (Fodam-se as regras). Exemplo da manifestação objetiva e externalizada de um pensamento e sentimento (subjetividade) de oposição ao sistema ou mesmo aos padrões e modo de vida hegemônico existentes, ainda que sob aspectos epifenomênicos. Pois, não acreditamos que seja mera coincidência o *lugar* que fora eleito a sua *geografização*. Ainda que, possivelmente, o autor quase nada saiba sobre a Geografia Crítica que se produz, na academia sobretudo, soube muito bem eleger o lugar de manifestação de seu repúdio. O que demonstra uma capacidade suficientemente considerável de *ler* o território e de nele deixar sua *marca*; inscrições estas que por outros também podem vir a ser decifradas, apesar das autoridades locais não se aperceberem ou pouca atenção darem ao fato.

² Essa questão foi levantada inicialmente pela Prof. Dr. Márcia Siqueira de Carvalho, durante uma das aulas da disciplina de curso de Mestrado, ministrada em 1999, denominada: “O Pensamento Geográfico na Idade Média e no Renascimento”.

Por isso do espaço ser uma totalidade social que se exprime enquanto ordenação das relações processadas e processadoras pela/da sociedade. Enquanto o contra-espço, por seu lado, mais que simples negação é a "negação afirmadora de uma 'práxis' transformadora" (Bacetta, 1985, p. 16).

Eis aí o mote da questão. O ponto-chave que se quer e, mais importante, *se faz* irruptivo, contradizendo a lógica hegemônica que pretende fazer do espaço uma estrutura homogênea e retro-alimentar do sistema dominante, por meio da (vã) tentativa de extinção das barreiras sócio-espaciais desconformes, potencialmente gestantes de contra-espços.

Os contra-espços, desta forma, se colocam enquanto subestruturas ou subtotalidades que contradizem o que se pretende homogêneo e degenerador do ser social.

Fazendo cair por terra, a um só tempo, as teses que afirmam a prevalência do Tempo sobre o Espaço, devido à destruição das barreiras político-econômicas da fase posterior aos anos 1970. sobretudo. O que se viu, de fato, foi um processo exatamente inverso: a lógica locacional das empresas tendo de *ler* com maiores cuidados o espaço, para nele realizar seus investimentos e disputar a mais-valia global no jogo carniceiro do selvagerismo do mercado capitalista.

Assim, a *compressão do espaço-tempo* não institui sob nenhum aspecto a eliminação de qualquer um destes; sequer jugo do segundo ao primeiro (Harvey, 1993).

O que nos põe a pensar – comparativamente, a título de exemplos – nas áreas de influência das FARC na Colômbia ou nas áreas de influência dos Zapatistas, no sul do México, ou ainda para refletirmos em termos de Brasil, em alguns dos assentamentos conquistados pelo MST, aqueles mais estruturados.

Seriam estas realidades possíveis contra-espços?

E no caso do Brasil, qual o papel do MST? A proposta intrínseca ao seu universo organizacional, de um contínuo processo de conscientização social dos sujeitos (de certa forma de formação), tentando-se fazer com que desenvolvam sua capacidade crítico-reflexionante a partir das escolas e de sua cartilha educacional, da especificidade de sua proposta e de seu projeto pedagógico e societário, alardeado por si mesmos como contra-hegemônicos, porque especialmente portadores e instituidores do socialismo, poderia ser o exemplo que há pouco buscamos?

Creemos que sim, apesar de suas limitações histórico-geográficas de um mais rápido tempo e dos perigos constantes de sua diluição processual pela máquina burocrático-estatal.

Como também pensamos serem os outros exemplos citados – salvas todas as especificações endógenas que estes tipos de movimentos sociais assumem nas realidades em que se inseriram – fenômenos manifestos de *contra-espços*. Espaços da *destruição construtora*: da ruptura ao que é imposto, a se subestruturar dentro do sistema hegemônico, sob novos moldes e, em alguns aspectos, por portar outra sociabilidade que não a hegemônica pelas classes dominantes, por ser esta sempre restrita ao mercado, às regras e valores materiais e "morais" burgueses.

A realidade do MST fornece ainda outras dicas.

Vejamos o exemplo de suas cooperativas. Não poderiam estas ser pensadas enquanto movimentos propulsores de uma nova sociabilidade, e que, apesar de atuar no mercado, procuram criar formas novas de convívio e de relações de trabalho (como a produção coletivizada), com uma consciência político-social (expressa na continuidade da luta por terra, que não termina em qualquer *conquista particular*, mas que se estende também na luta por distribuição de riqueza ou meios de produção, da qual a terra é exemplo)?

As cooperativas do MST não comportariam e expressariam, prematuramente, de forma revolucionária, uma outra lógica sócio-econômica (não necessariamente a da terceira via, social-democrata) que, ao passo que atua no mercado, procura (o que depende do lugar ou dos agentes que nestes se encontram e da correlação de forças expressas territorialmente de

maneira diferenciada) engendrar novas relações sociais, calcadas no coletivo e com outros propósitos que não a acumulação desenfreada e a superexploração do trabalho, mas de uma distribuição relativamente mais justa que aquela encontrada no mercado desregrado? É possível que as discussões aqui se restringem àquilo que seus dirigentes propõem; será que se prendamos em discussões de viabilidade ou inviabilidade total de qualquer empresa com caráter social – as chamadas empresas sociais – em um mundo em que o tempo de giro de capital se acelera e os gastos com produção e salários, de outro modo, mais se estreitam; fazendo com que a competição bestial capitalista as empresas que dividem os ganhos em vez de reinvesti-los na produção).

Não cremos ser a política econômica deste movimento, expressão dos problemas rotulados como de terceira via ou social-democrata, de minimização dos problemas sociais que são estruturais. Entendemos, sim, que a busca primeira pela melhora das condições de vida dos trabalhadores seja o artifício utilizado para aglutiná-los na forma de um movimento social, buscando devolver-lhes o sentido de coletivo e de solidariedade para se alcançar objetivos estratégicos mais amplos, convolados à transformação da sociedade. Uma estratégia semelhante àquela anunciada por Bihr (1999), no que se refere particularmente aos sindicatos, que defende ter uma atuação tática e imediata de melhora das condições dos trabalhadores, para que, com isso, possível uni-los e conscientizá-los sobre a necessidade estratégica de solapamento do capitalismo, responsável maior por suas aviltantes condições de existência.

As cooperativas do MST poderiam ser consideradas como aquilo que Alain Bihr tenta exprimir enquanto *contra-economia*. Ao passo que a práxis social de seus administradores e executores, se totalmente vinculadas ao desenvolvimento do ser humano, enquanto ações que caracterizam conforme *contra-poderes* (Bihr, 1999), podem ser a condição à existência de resistência e extensificação do *contra-espço* social (Moreira, 1985).

São estas algumas das muitas questões que devem ser pensadas e (re)avaliadas a partir das realidades e experiências existentes no cenário brasileiro.

Se, conforme Douglas Santos, o espaço deve ser considerado como “a dimensão em que o movimento assume formas” (apud Ribas et. al., 1999, p. 121), devemos, indubitavelmente, colocar diante da necessidade de apreensão da lógica do ordenamento das formas empíricas resultantes desse movimento social, já que este universo empírico nada mais é do que o trabalho humano objetificado nas formas espaciais, ou seja, o *tempo-trabalho* se cristaliza empiricamente enquanto “*acúmulo desigual de tempos*” e que, por isso, se tornam passíveis de serem apropriados subjetiva e objetivamente da natureza “externa”.

Confiamos o desvelar dessa lógica ser o passaporte à emancipação da consciência social dos sujeitos e, conseqüentemente, da própria potencialidade de interferência na realidade; que deixaria assim, de ser essencialmente contemplativa e sim co-participativa em seu sentido definidor.

Não poderia ser diferente. O espaço é a expressão social das relações processadas dentro da natureza: entre os próprios homens e destes para com o ambiente circundante.

O animal-homem é, nesse sentido, a natureza-pensante (consciente?), autotransformada pelo trabalho social e criadora de sua própria história – ainda que esta seja eminentemente contraditória e conflituosa. Humanidade esta, cuja natureza se relaciona com o entorno ou o meio circundante e ou até mesmo longínquos, quando conectado e influenciado pela rede globalizada das relações sociais, estabelecida hierárquica e seletivamente entre os *lugares-nós* de um mundo mais (des)integrado em nível técnico-científico-informacional.

A lógica espacial das relações sociais, todavia, torna-se passível de ser apreendida por meio de sua expressão fenomênico-paisagística. Pois são as manifestações epidérmicas da espacialidade diferencial que guardam os conteúdos (as funções) das feições assumidas pelo

tempo da dimensão existencial, por ser elemento revelador da ordenação progressiva expressa
— não importam quais os meios de comunicação e expressão empregados.

Nessa medida, o espaço, consequência e condição à reprodução da existência social, é
entendido como uma dimensão concreta (não uma mera instância sartreana) cuja totalidade
é buscada via movimento dialético do concreto em pensamento sobre o movimento
do real concreto (Ribas *et. al.*, 1999, p. 108). Numa perseguição incansável que
captar o real em seu infindo e contínuo processo de totalização.

Destarte, quando fizermos qualquer alusão ao espaço, estamos, de maneira sublinear,
referindo à lógica societária (comprometida ideologicamente e socialmente padronizadora)
assim substância e formatação ao corpo social, ou seja, à trama das práticas sociais que
a realidade em toda a sua multidimensionalidade. O que se efetiva de acordo com os
e as conflituosidades que *marcam* o metabolismo societal da época, características que
por (geo)grafá-la.

Mas o que seria, e como se comportaria, a memória em meio a este constante e
jogo de (re)apropriação de condições objetivas e subjetivas de realização e
do *ser* individual e consequentemente do próprio corpo societário?

A MEMÓRIA: QUANDO O PASSADO SE FAZ UM PRESENTE DE E, A IDENTIDADE, UM SEU ELEMENTO DE UNIDADE

*"O hoje é apenas um furo no futuro. Por onde o
passado começa a jorrar"* (Banquete de Lixo,
Marcelo Nova/Raul Seixas).

A memória nada mais é do que a manifestação de um reflexo proveniente da
que os sujeitos sociais realizam de suas ações e reações numa dada realidade
espacio-temporal. Cristaliza-se mediante repetição, canalização e contextualização cultural das
e comportamentos sociais estabelecidos.

É uma consequência, um reflexo em pensamento, dos instintos e estímulos sociais
temporalmente praticados, preservados e *perpetuados* de forma subjetiva (em
e ou objetiva (por meio da escrita ou outras formas de linguagem que reforçam um
de referências mentais de uma época, seja por meio de poemas, livros, desenhos, pinturas
e outros meios de externalização do quadro de referências mental de um povo).

Uma das maneiras para o constituir e manifestar da memória seria a oralidade: caso das
primitivas que dispunham somente da fala como recurso à perpetuidade das tradições.
Quando-se, dessa forma, o elo basilar de sua identidade transtemporo-espacial.

Nesse caso, toda a história genealógica, bem como os mitos, estórias, poemas épicos
são transmitidos graças à admirável capacidade de alguns dos integrantes do grupo de
e reproduzir as informações que comporiam a história local do povo (Claval, 1999).

Não deixando de se ressaltar que essas "reminiscências" e "lembranças" podem sofrer
adaptações nesse processo, conforme o contexto social e os interesses que os transmissores e
"portadores do passado" têm em mente. O passado que a memória toca, com vistas a manter uma
no presente, encontra-se em um constante movimento redefinidor.

Esse aspecto de mutabilidade cultural, remodeladora do passado-memória no presente-
enciado, explicita-se melhor nas ditas *sociedades abertas* (Claval, 1999) e sua extensificação
geográfica, diversificação e remodelagem produziria, ao nosso ver, um processo que pelo Otávio
foi denominado como *transculturalização*, decorrente dos contatos mais freqüentes entre
pavos (cf. Ianni, 1999).

A memória passa a ter uma potencialidade real de maior difusão com a invenção da escrita; representando esta uma verdadeira revolução nas práticas e no ordenamento espacial das sociedades.

Rompendo os limites estreitos da capacidade humana, a escrita espalha-se, transportando informações com maior fidelidade; não importando o território ou o tempo a percorrer. Recordamos mais facilmente o presente com a sabedoria e os conhecimentos adquiridos e sistematizados pelos antepassados, apesar dos contatos perderem a visualidade, a percepção e a motivação emotiva provocada pelo contato direto: o frente-a-frente.

Por isso, a memória tem íntima ligação com o espaço social em que foi engendrada. Não somente por estes aspectos, pode ser compreendida sua significância histórico-espacial. É um reflexo cultural, internalizado pelos sujeitos sociais, perpetuado com vistas a se manterem as tradições, as crenças, verdades, valores, condutas, costumes e comportamentos do grupo. É uma retenção daquilo que se considera como a essência sócio-espacial voltada à manutenção da unidade e identidade étnico-cultural.

Por outro lado, a memória pode também ser um mecanismo de controle social. Isso passaria quando um ordenamento espacial fosse mantido graças unicamente à produção e perpetuação de idéias e valores ideologicamente forjados por castas socialmente dominantes que intentam manter uma "identidade grupal" fictícia, condizente com seus interesses econômicos, culturais etc.). Ou seja, quando as crenças, mitos, valores etc., que compõem o universo das idéias de um povo, torna-se um sistema de dominação, que pleiteia forjar uma identidade³.

A memória é utilizada, nesse caso, para manter uma unidade social em nível de pensamentos, idéias e valores, enquanto as condições materiais de existência e reprodução são tão discrepantes que a "unidade dos idênticos" torna-se mera falácia mantida pelo poder retórico dos grupos dominantes e pelo jugo que exercem sobre os meios mais expressivos de informação e comunicação.

O espaço memória: reprodução dos laços de união e identidades no devir tempo-espacial, pode assim ser uma condição à preexistência do *espaço prisão*, falseando a transmigração pseudo-identidades do passado no presente, para se dirigir também no futuro.

A libertação dessas grades não se processa sem embates e conflitos intra-subjetivos e intersubjetivos. No primeiro caso, significa o diálogo, a atitude reflexionante do sujeito consigo mesmo daquilo que apreende do real e de como nele se enxerga, por exemplo. No segundo, exprime as relações, reflexões e apontamentos tático-estratégicos estabelecido com os demais⁴. O que pode fazer com que a participação passiva ceda lugar à co-participação

³ Há uma vasta bibliografia tratando da questão referente à ideologia enquanto, meramente, um "universo de idéias" ou um sistema interpretativo e/ou teórico de explicação de mundo (uma visão, para alguns, positivista), ou ainda, com significação retirado de algumas obras de Marx, quando ligada à dominação, que processa-se via universalização de interesses particulares (nesse caso, segundo alguns autores, a ideologia teria seu aspecto negativo). Como referências iniciais, citamos: Chauí, 1991; 1999; Dicionário Marxista, s.n.l.; Marx, 1996; Lefebvre, 1979; Ribeiro, 2000a; Toledo, 1998.

⁴ Visando fortalecer nossos argumentos com mais exemplos e, mais que isso, manifestar nosso descontentamento e oposição ao *espaço prisão*, citamos outro fato, agora ocorrido nas dependências da UNESP, campus de Presidente Prudente. Nesse campus universitário deu-se a manifestação declarada da repressão da cúpula administrativa contra os alunos, no ano de 1999. Os alunos – no entender de quem acompanhou esse processo – pleiteavam maior liberdade de expressão, via ampliação dos espaços políticos e culturais estudantis. Indignados, todavia, com a prioridade da reserva do anfiteatro para um grupo religioso resolveram interromper as pessoas que faziam sua cerimônia religiosa – cada vez mais constantes no *campus*, disputando atenção com as aulas que ocorrem paralelamente, nas salas ao lado –, alegando que pretendiam realizar uma assembleia no local anteriormente programada e que deveria ter prioridade diante das atividades religiosas cada vez mais constantes e prejudiciais ao meio acadêmico, porque mal programadas e causadoras de prejuízos para o desenvolvimento de outras atividades que *deveriam ser* a prioridade, em qualquer gestão. Não obstante, num ato prepotente da Direção, a polícia foi chamada (e não a primeira vez em outra, os alunos resolveram desfrutar da piscina desta "universidade pública" e, da mesma forma, sob a mesma direção foram repreendidos pela polícia que, já de costume, adentrava o recinto universitário). Exemplos a demonstrar o que conservadores são os sujeitos que estão a dirigir a educação e que, por ironia, afirmam a todo o momento que esta "Deve formar sujeitos conscientes e críticos!" (*sic!*). No entanto, parece que esses "defensores" da liberdade de expressão e da necessidade de

participatória. Uma manifestação de choque cultural, em que o presente roga seu lugar frente o passado valorado e/ou distorcido; passado este ossificado no mundo moderno contemporâneo pelas elites consorciadas com os senhores da mídia, sobretudo as de massa, que tem no rádio e nos meios de informação mais expressivos.

A explicitação desse embate comparece de forma transparente no espaço, por meio de modelações nas relações que lhe conformam e, principalmente, em sua paisagem: quando essas relações tomam formas espaciais que facilitam o desvendamento das "razões" intrínsecas e elementos de sua processualidade, porque empirizadas.

Tal qual a memória, o imaginário também apresenta algumas particularidades, estando no que diz respeito à dialética que se estabelece entre o sujeito e a estrutura imagética que acaba por recriar o sujeito, devido aos desdobramentos que lhes são derivados.

A PROJEÇÃO DA IMAGEM NA TELA DO FUTURO. QUANDO A CRIAÇÃO VOLTAR-SE AO CRIADOR

"Venha, que o que vem é perfeição" (Perfeição, Legião Urbana).

O imaginário possui vários significados.

Os mais empregados, no entanto, são aqueles que utilizamos para falar de *algo* e quando nos referimos a um *deslizamento*.

O primeiro caso, decorrente de uma *invenção absoluta*, pode estar relacionado à criação de uma história, em todas as suas partes, por exemplo.

O segundo caso (deslizamento) ocorre, por sua vez, quando há um deslocamento de sentido nas frases. Isto é, quando determinadas significações são substituídas por outras tidas como "normais"; ainda que utilizando a mesma nomenclatura, como, por exemplo, a mulher que estando ofendida ao ser repreendida por seu parceiro, que a vê trocando um sorriso com um outro, perguntando-lhe em seguida: "*O que você está imaginando?*" (Castoriadis, 1995, p. 25).

Os dois casos citados oferecem dois sentidos do que poderia ser considerado o imaginário.

A característica central presente em ambos está no fato de que o *imaginário se separa do real*, tentando ocupar seu lugar, quer em forma de mentira, quer enquanto romance (Castoriadis, 1995).

Outra característica central é que o imaginário vai *além da repetição*, estando presente a capacidade que as pessoas, vistas como agentes inventores, têm em descobrir coisas novas (Castoriadis, 1993b, p. 25).

Vê-se, assim, que o imaginário utiliza-se do simbólico para *exprimir-se* e para *existir* e apenas como algo virtual (Castoriadis, 1995, p. 154). E que:

"O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de 'imagens' mas estas 'imagens' lá estão como representando outra coisa; possuem, portanto, uma função simbólica" (idem, p. 154).

Os intelectuais estão sempre prontificados para asseverar que pensamentos críticos de forma alguma se revertam em ações quando mais se estiverem no poder. São os aparentes "coronéis" com sua micro-politicagem que ainda estão a infectar as mentes e que vêm nos alunos seus maiores inimigos. Só resta aos alunos ser a *mosca na sopa* dessa pasmaceira que se alimenta do ensino universitário; e, sua mobilização estudantil, o elemento construtor de contra-espços desafiadores deste sistema social que nega qualquer opinião e diálogo, como veio a conceituar Milton Santos (cf. Carvalho, 2000).

Pelo exposto, podemos simplificar, apoiando-nos em Castoriadis, ser o imaginário “finalmente a capacidade elementar e irreduzível de evocar uma imagem” (ibidem). Imaginários dessa que, muitas vezes, parecem independer da realidade em que é gestada e ou na qual se relaciona.

Dessa forma, é algo que se encontra presente em todos os momentos da vida social. Fazendo parte do próprio funcionamento da sociedade. Freud dá um bom exemplo disso quando lembra a religião (apud Castoriadis, 1995, p. 156)⁵.

Castoriadis desenvolve minuciosamente essa questão e demonstra como a religião instaura uma diversidade de ritos que, expressos na forma de instituição (relação social), cercam de uma infinidade de sanções. E como que de um imaginário central ramifica-se um imaginário secundário.

Para isso, utiliza-se do exemplo cristão da criação do mundo por Deus.

Reza a tradição cristã que a criação do mundo envolvera os sete dias – o porquê de seis dias e seis mais um, é um mistério para esse autor. Sendo que no sétimo teria o Supremo descansado.

Este imaginário (central) “subiu aos céus” para depois “descer a terra” e santificar o sétimo dia da semana. Que seria assim destinado ao descanso obrigatório e à adoração do Supremo.

E este imaginário secundário explica ainda, para o referido autor, o porquê do “apedrejamento daquele pobre diabo, que apanhava gravetos no deserto no dia do Senhor” (Castoriadis, 1995, p. 156).

Percebemos, com este exemplo, toda a ramificação desdobrada de um imaginário central e como a rede de sanções sociais são (re)criadas.

O que explicaria, igualmente, o tédio mortal dos ingleses aos domingos; assim como a curva do coito nas sociedades cristãs, com seu ápice a cada sete dias. Ou então o reflexo do sétimo dia na taxa de mais-valia, devido ao número de domingos (e feriados) e sua disposição temporal; o que, para Castoriadis, se dependesse exclusivamente dos capitalistas, poderia ser mais bem adequado à sua lógica (Castoriadis, 1995, p. 156-7).

O imaginário aparenta então, ser uma visão, uma projeção, ou uma “verdade” projetada para o futuro, de como se gostaria que a realidade ou as instituições se apresentasse no presente. A projeção no futuro de um contexto diferente, invertido ou antagônico ao atual, destituído dos problemas que estão (ou aparentam estar) a lhe conturbar. Podendo ser uma utopia e ou uma ficção, científica ou não.

Pode estar tanto na base da criação da alienação (o fetiche da mercadoria, como lembra Marx), como na base da criação da própria história (Castoriadis, 1995, p. 161).

E o mundo passa a ser cada vez mais articulado com as significações que se tem dele e mesmo que seja uma solução fantasiosa para as contradições reais, como queria Marx, o fato é que a constituição das próprias contradições processa-se de maneira inseparável do imaginário (ibidem), pois, as significações imaginárias tentam fornecer as respostas que a própria sociedade lança sobre si mesma e sobre o mundo (Quem sou eu? De onde vim e para onde vou? etc.).

Respostas estas que a racionalidade (que é histórica, como a verdade também o é) não demonstra capacidade de estabelecer-se histórico-espacialmente de forma plena, pois o real é dinâmico e, por isso, guarda sempre características indefinidas e totalizantes. Além, também, de ser o real ofuscado premeditadamente por interesses ideológicos e materiais daqueles que pretendem e ou gerenciam a dominação de classes.

Cria-se esse imaginário ou essa “identidade” tornada coletiva, e sua existência e articulação, passa a ser também responsável pela existência do mundo humano, da sociedade e da

⁵ O Prof. Dr. Armando Corrêa da Silva lembrou bem o papel dos sonhos, amplamente explorado por esse proeminente expoente da psicanálise, dada a relação intrínseca nesses existentes, relacionados aos aspectos da inventividade humana.

... É a busca pela ordenação do mundo, que sem esse componente assemelhar-se-ia a um mundo indiferenciado. Uma ordenação sedimentada na própria experiência e sabedoria humana acumulada. Por isso, o universo das divindades está articulado com o universo social. Os homens criam os deuses a sua própria imagem a partir de suas relações efetivas, já marcadas de imaginário (idem, p. 180).

O que não significa assumirmos uma postura clássica weberiana no dizer que a primeira sempre antecede ou se sobressai à segunda. Significa sim, entender o produzido como elemento condicionador do arranjo; reproduzindo-se certas práticas e relações sociais. Havendo, pois, conflitos de imaginários sociais, harmônicos e desarmônicos, luta entre passados e futuros possíveis, entre propostas antigas e atuais, forças de homogeneização e postura ideológico-critica ou simplesmente desconforme com o real.

Uma postura como esta nos permite entender que o mágico ou o imaginário (criados independentemente) interfere e reorienta muitas dimensões e instantes da vida social, fazendo com que o racional e o fantasioso se (con)fundam numa mesma realidade. O que se explica pelo fato de ser uma incidência, uma manifestação exclusiva, do entrecruzamento espaço-tempo, diferenças locais ou agregadas com maior ou menor criteriosidade.

Aliás, imaginário este que demonstra presença na atualidade em todos os sentidos, incluindo no ordenamento e nas relações sociais instituídas e constituintes do/no espaço.

Não é, pois, uma característica das sociedades primitivas, das "não-rationais", mágicas etc. O imaginário (o projeto) está presente também no mundo moderno, tanto nos aspectos de indumentária e nos carros, trocados estação após estação, ano após ano (o que é impossível ser verificado em relação ao fetiche das mercadorias como um todo), como na pretensão de se ascender socialmente na vida, melhorar de *status* sócio-profissional e nos rendimentos econômicos.

Permeia, do mesmo modo, a estrutura institucional: a organização burocrática, que, ao lado do "mercado", para Castoriadis, compõem a espinha dorsal do imaginário da sociedade moderna (1995, p. 190).

Sem contar sua presença na alimentação, no patriotismo exacerbado (que conduziu a humanidade a duas grandes guerras mundiais, ou aquele que movia o povo brasileiro em torno do ideário do Brasil Superpotência), entre tantas outras formas em que este se manifesta.

Vemos assim, o quão complexa encontra-se a realidade contemporânea. Num período em que o imaginário "dissocia-se", "autonomizando-se", da sociedade. Tentando impor-se contraditoriamente a ela. Não sendo, pois, apenas ideologia, já que as próprias elites encontram "presas" a esse universo imagético contemporâneo.

Um bom exemplo de um imaginário que vem ganhando força e que, sobretudo na sociedade hodierna, acaba por interferir nos desejos e práticas econômico-espaciais, é o da presença de seres extraterrestres a nos espreitar, estudar e ameaçar.

Esse imaginário não apenas se configura como produto das agências cinematográficas *hollywoodianas*. Situa-se como algo mais antigo, alimentado ao longo dos tempos e dos lugares, sendo ser a expressão inventiva da espécie humana que, apesar de se ver como superior e racional no plano terreno, se diminui ante a imensidão de um veludo negro celeste que lhe apresenta hostil; criando para si, por isso, novos personagens no universo extraterreno (mitológicas) e sobrenatural (criação de deuses e de santos, quase que infinitamente).

A captação desse imaginário pelas empresas cinematográficas e sua remodelagem e circulação no mercado capitalista, anuncia não somente a busca pelo lucro, ou uma ideologia que busca a desviar as atenções sociais dos fatos concretos: fazendo as pessoas olharem para o céu

(em busca de deuses e ou ET's), mas demonstra, antes de tudo, o poder que as representações possuem na sociedade⁶, criando novos espaços, novas dinâmicas e novos projetos sociais.

Se há ou não vida inteligente em outros planetas, essa é uma questão secundária que aqui desmerecerá nossa atenção.

A questão principal, que aqui elencamos, é a presença do imaginário na sociedade vista como totalmente moderna e racional⁷. Não obstante, recheada de imagens que alguns são expressão de devaneios de determinados indivíduos, para outros não apenas possuem significância, como transformam e criam novas territorialidades.

Entendemos, também, que uma possível explicação/interpretação para a "vaguidade" e "oposição" concernente ao imaginário, ante a sociedade, derive de uma transfiguração a partir da anterior, ou dos imaginários precedentes.

Disso resulta que qualquer imaginário, por coexistir e ou erigir-se sobre o existente, se transmuta em uma nova forma e em um novo conteúdo (segundo os novos valores e pretensões sociais) que (con)fundem as imagens sociais a tal ponto que as lacunas e descontinuidades internas, provocadas por imagens de momentos histórico-espaciais diferentes, se colocam como obstáculos aos sujeitos sociais que se encontram contemplados.

E, ao passo que essa interligação e sucessão das idéias ou de imaginários contribui para a sobreposição do "segundo" sobre o primeiro, que se torna quase sempre "esquecido", temos a impressão de que o pensamento não consegue acompanhar o pensado (imaginário), sobretudo no mundo contemporâneo, cujas transformações se processam de maneira cada vez mais veloz.

Nesse sentido, a memória e o imaginário não podem ser considerados como momentos de possíveis "irracionalidades" sociais, algo apenas fantasioso, como se fora sempre descolado da realidade em que se concretiza. Pois a fantasia faz parte da realidade, é componente que se expressa simbolicamente nas relações humanas e no meio, pode até ser que ela possa possuir uma "autonomia" ante a realidade, mas, é inegável: mantém estreita relação com as relações sociais historicizadas e espacializadas, mesmo que naquela última instância referida por Marx (quando tratou especificamente a relação existente entre a infra e a superestrutura).

Se, por vezes, uma autonomia existir historicamente do plano das idéias para com o mundo empírico, isto em nada sugere ser sempre o símbolo a instituir o real, tornando-se e não sendo a primeira instância definidora do real. Entendemos sim, como disse Gorender (1990) que

⁶ É comum sermos surpreendidos, pela imprensa televisiva ou escrita, com informações sobre fatos a ocorrerem no interior de países, onde místicos ou seitas se deslocam para fixar residência e se dedicar à tarefa da comunicação com seres de outros planetas. São construídas, muitas vezes, até cidades para alojar esses "aventureiros" e, como muitos já se aperceberam que a exploração do imaginário social pode gerar lucros, tem-se a captação das imagens pela lógica mercadológica e exploradora do capital na vida real por charlatões que assumem a chefia no "contato interestelar" – a exemplo do que ocorre nas telas de cinema onde o imaginário vira ficção (científica ou não) para, enfim, redundar em acumulação para os empresários do cinema hollywoodiano.

⁷ Talvez a única "racionalidade eficaz", na sociedade atual, seja a da técnica, que avança desmesuradamente em vários campos sem qualquer preocupação ética ou moral, chegando a atingir quase o estatuto de irreversibilidade e de salvação humana.

⁸ Recorremos, neste momento, a tese defendida por Raul e Laura Makarius (1968), ao tratar do fenômeno do totemismo. Quando, em resposta a Claude Lévi-Strauss, que o considerava como algo banal, injustificado e marginal nas sociedades primitivas – como algo a ser destituído de crédito e importância nos estudos antropológicos que buscam defender sua centralidade nessas sociedades – afirmaram que o fato dos estudos atualmente realizados ou já há muito acumulados – que expressam a nossa ótica, valores etc. que pertencem ao nosso momento histórico – não explicarem de maneira convincente a importância do fato totêmico, não significa que essa realidade tenha sido menos verdadeira ou totalmente falsa, que sua importância – expressa a quem quiser vê-la na paisagem – possa ser negada, devido à nossa racionalidade e ou ignorância histórica. O que nos põe a refletir a respeito da "vaguidade" e "ignorância" sobre o imaginário social, se isso não seria decorrente desse nosso desconhecimento ante a história, o espaço, valores e crenças dos povos "antigos", já que muitas vezes nós mesmos não conseguimos delinear respostas sobre a própria realidade que pertencemos, dada à complexidade e velocidade em que se processam. Ou seja, podemos mesmo julgar premeditadamente qualquer tentativa de procurar lançar respostas às "razões" (inconscientes) que perfazem o imaginário social como sendo fruto de uma postura "pseudo-racionalista"? Ou devemos tentar lançar perguntas e respostas, sabendo de antemão a insuficiência atual de apreendê-las em sua completude? Afinal, o que faz o cientista senão tentar construir e disseminar um conhecimento, sempre histórico e espacial, sobre o mundo (o qual é re-edificado, para a maioria, em velocidade maior do que o entendimento que dele se faz)?

Em certos momentos históricos não é absurdo o considerar relativamente autônomo a estrutura de sua base, mas absurdo é considerar que a base é sempre definida pelo plano das simbologias.

É pelo que passa a sociedade atual, já que a idéia de riqueza se desvincilhou de sua eficácia efetiva de realização plena ao coletivo social. Bem como o valor que se autoparalisa nos sistemas técnico-informacionais e, também, a mais-valia, agora global, que se antecipadamente a seu circular-realizar no mercado, devido à *imagem* que se cria e constitui a eficácia efetiva dos produtos (como os farmacológicos).

Não obstante, o mundo empíreo, o das práticas concretas dos seres sociais redefinem a base e poder do simbólico ante as mesmas. Se estava certo Castoriadis ao afirmar que os símbolos criados e aceitos socialmente (já que nem tudo que se cria individualmente se torna socialmente aceito) se tornam sanções que redefinem e regulamentam as práticas dos homens e suas relações com o meio, por outro, as mesmas práticas podem vir a enfraquecer ou, a depender de certas condições, destruir muito do universo simbólico caracterizador de uma cultura ou sociedade.

Exemplo disso é que, como demonstrou Castoriadis, se muito da religiosidade e da moralidade (como o caso dos dias sagrados) impõem barreiras à base de reprodução econômico-social da sociedade, de outra parte e, por vezes, as classes economicamente soberanas podem desvalorizar esta relação e avançar seu poderio ao plano metafísico, enfraquecendo-o para que os interesses imediatos estejam certificados: o lucro. O peso dessas sanções varia de lugar para lugar conforme a territorialidade assumida pelo poder das castas dominantes e sua capacidade de impor as sanções culturais e demais empecilhos simbólicos ao seu reproduzir cumulativamente. Isso acontece porque, sobretudo em países político-economicamente periféricos (como o Brasil), encontra-se maneiras de burlar esses dogmas sancionados pela religião; fazendo com que a coesão social e a convivência dos aparelhos ideológicos (estatais, religiosos etc.) sejam fatos secundários.

Tentando-se fazer assim, com que as leis terrenas anulem ou posterguem as leis simbólicas, somente na aparência descoladas uma da outra.

Dai, reforçamos, a necessidade do entendimento da geograficidade da disposição e da territorialidade de expressão do poder das classes soberanas sobre o corpo societal, pois, a sociedade capitalista é hegemônica, mas ela se expressa territorialmente de maneira diferencial, com uma agressividade em determinados locais (que lhe interessam) do que em outros. Ou seja, é econômica, todavia, territorialmente heterogênea.

Certo Gorender ao alertar para os momentos específicos da história em que o plano da simbolicidade se sobreleva ao do concreto real.

O próprio poder conferido ao nível simbólico tem, muitas vezes, suas raízes assentadas em sanções por interesses iniciais voltados à base material da sociedade.

Não se pode *sempre* se sobre-valorizar a dimensão subjetiva e tão menos se entender o universo imaginário de sua base histórico-geográfica constitutiva e ou alimentadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Não existe beleza na miséria. E não tem volta por aqui, vamos tentar outro caminho" (L'Âge D'or, Renato Russo).

É possível percebermos, diante do exposto, o quão relacionado estão esses conceitos. O espaço, (re)criação da natureza (humana e não-humana, orgânica e inorgânica) e sua reprodução, está permeado de dimensões simbólicas, enquanto memória e

imaginários, que se expressam nas relações instituídas entre a sociedade, como nas marcas efetuadas no "mundo externo", na sua *geograficidade* empírico-paisagística territorialmente.

Além de verificarmos as maneiras em que essa dimensão imaterial, transpõe o espaço do *mundo das idéias*, está umbilicalmente relacionada à sociedade que as cria, em forma contraditória ou não – fazendo muitas vezes com que o imaginário volte-se em memória e vice-versa.

Isso nos permite especular sobre o porquê desse sentimento de total desambientamento das sociedades ante o mundo que elas próprias criam (material e subjetivamente) e em que se sentem-se escravos. Como se estivessem fora do lugar, sem chão nem direção.

Põe-se então, uma nova ordem social, que cria um novo sujeito em um novo ordenamento espacial.

Será que nossa dificuldade de entender esses processos decorre da *previsão indeterminância inerente aos mesmos*, refletidos em nossa mente, como queria Louis Althusser, como *vazios teóricos*? Ou esse *vazio* decorre, principalmente, da nossa incapacidade de apreendermos o conteúdo do movimento da sociedade? Não seríamos nós mesmos quem criamos, consentimos e ou re-produzimos o *vazio*?

Lefebvre é quem tem a palavra:

"Ora, o vazio teórico, por mais que se confirme, só pode se declarar em nome de conteúdos ainda mal apreendidos, ignorados ou mal elaborados conceitualmente" (1968, p. 80).

Seria ainda essa argumentação de Lefebvre, mais um apego exacerbado ao Racionalismo que perde terreno (por quê e para quem?) e se mostra insuficiente a cada dia que passa? E que o *novo*, expresso agora nas posturas *irracionalistas*, que já se fazem tricerários, aceitar o *vago* e o *vazio* como os *conteúdos* que se postam às respostas? A tese de que não existe verdade absoluta (se é que um dia existiu e existirá em sua completude, histórico-espacial) já se tornou, por si mesma, também, uma verdade absoluta, que explica o "não explicável" bloqueando de antemão o pensar?⁹

Acreditamos que assumir a postura althusseriana é muito cômodo. Nada mais resulta do que no Silêncio, sem entrar, como o próprio Lefebvre argumenta: "*na conspiração dos silêncios*" (1968, p. 81).

É a prova cabal de que a teoria demonstra incapacidade de apreender as práticas sociais (ou seriam os teóricos, que apresentam tal incapacidade?).

Cabem, então, as perguntas: Há algo que seja produzido materialmente pela humanidade que *não possa*, ontologicamente, ser apreendido teoricamente, reproduzido e, mais importante, reelaborado e trabalhado em nossas mentes? A tese marxiana na qual um dos elementos diferenciadores existentes entre a melhor abelha e o pior arquiteto, ou seja, a capacidade teleológica do segundo em antecipar na mente o fato, enquanto projeto (Marx, 1999), perde então seu sentido, posto que na sociedade das técnicas o fazer aparentemente desideologizado sobrepõe-se ao pensar ético sobre? Seria, assim, o espaço, como pretendem alguns, algo etéreo e inapreensível? A que(m) serve então a ciência?

O que pretendemos aqui, nesse momento?!

Trata-se de muitas perguntas, muitas das quais os limites desse ensaio se põem como barreira; o que não impede que outros se lancem na direção da ampliação do debate sobre seu

⁹ Essa questão do movimento científico pós-moderno, caracterizado pelo desapego, muitas vezes por respostas e verdades, e por uma postura que já é em si mesma uma resposta, foi colocada, numa das aulas da disciplina: "*Ontologia e Epistemologia nas Ciências Humanas*", pelo Alexandre D. Ribas.

significados sociais. Harvey (1993) mesmo já sinalizara como veio se processando, nas últimas décadas especialmente, a separação entre ética e estética por parte dos autores que se dizem pós-modernos e que sobre-valorizam a primeira em detrimento da segunda, em suas obras científicas e artísticas; retomando, ao nosso ver, a discussão por Marx lançada entre os juízos de valor e os fatos de fato. Por isso, também, de termos lembrado, inicialmente, na última epígrafe deste texto, a inseparabilidade que deve ter as questões éticas e estéticas na sociedade.

Como não assumirmos a postura irracionalista – tipificada especialmente pelos autores referentes à corrente pós-moderna –, canalizamos nossas atenções para o desvelar do real, com o que de melhor possui o homem: a capacidade do pensar, antecipar e projetar material e essencialmente as angústias e anseios que, se coletivos, devem se alçar em busca de novos horizontes.

O Prof. Armando deixou expresso em uma aula sua que toda a energia que acompanhava o seu processo de pensamento e construção de conhecimento sempre tivera como ocupação nuclear a sociedade. Sempre escrevera com esta intenção e – mesmo que talvez não nos tenhamos considerado ao rol dos autores que ele mesmo veio a designar como herdeiros do método do pluralismo teórico – era este um veio do marxismo do qual não queria se desvincular. Por certo que isto nem pretendia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000)*. São Paulo, Contexto, 2000.
- BARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa; SEABRA, Odette. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*, São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- CAVALI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1980, p. 3-38.
- CAVALI, Marilena. *O que é ideologia*. 34ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- CAVALI, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis, UFSC, 1999.
- DICTIONÁRIO MARXISTA, s.n.t.
- FRÖENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- LENNI, Otávio. Sociedade global, história e transculturação. In: TAVARES OS SANTOS (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999, p. 43-65.
- LOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 13-64 e 215-48.
- LEFEBVRE, Henri. Sobre a interpretação do marxismo: Louis Althusser. In: *Debate sobre o estruturalismo: uma questão de ideologia*. São Paulo, Documentos, 1968, p. 78-108.
- LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1979, p. 45-65.
- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo, Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Estudos sobre a sociedade e espaço. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MOREIRA, Ruy. *A diferença e a Geografia (o ardid da identidade e a representação da diferença na geografia)*, Rio de Janeiro, 1999 (mimeogr.).

- RIBAS, Alexandre Domingues *et. al.* Marxismo e Geografia: paisagem e espaço geográfico: uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, AGB, nº 21, 1999, p. 103-24.
- RIBEIRO, Júlio César. Des(re)territorialização, transculturação e escravidão na Aldeia Quilombola: Globalizando a miséria e a violência. **Pegada**, Presidente Prudente, CEGeT, v. 1, nº 1, 2000a, p. 61-78.
- RIBEIRO, Júlio César. (Des)celebrando a falácia quinhentista. **Semana de Geografia**. Presidente Prudente, 2000b, p. 103-7.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e cultura (aportes a uma Geografia cultural)**. São Paulo, 1993a (Mimeog.).
- SILVA, Armando Corrêa da. O imaginário, a memória e a representação. O processo de elaboração e reelaboração cotidiana. In: SILVA, Armando Corrêa da. **A Geografia e a subjetividade-objetividade. O real como representação de uma espacialidade singular**. São Paulo, 1993b, p. 25-7 (mimeog.).
- SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e mudança cultural**. São Paulo, 1997 (mimeog.).
- TOLEDO, Caio Navarro de. Terry Eagleton (Ideologia. Uma introdução). **Crítica Marxista**. São Paulo, Xamã, nº 6, 1998, p. 148-58.